

Cadernos de  
Pesquisa do CDHIS

DOI: <https://doi.org/10.14393/cdhis.v32n2.2019.52163>

# **História, espaços e resistências: a territorialidade indígena a partir da experiência zapatista**

**History, spaces and resistances: the indigenous territoriality from  
the Zapatista experience**

*Rodrigo de Moraes Guerra<sup>1</sup>*

---

<sup>1</sup> Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História e Espaços da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), bolsista CAPES.

**Resumo:** o presente artigo tem como objetivo realçar as lutas indígenas a partir da conformação de territorialidades de resistência como recurso frente aos avanços neoliberais, para isso, propomos uma reflexão teórica acerca do conceito de *espaço* e das relações sociais que incidem sobre tal categoria. Tomando como referência a experiência dos indígenas zapatistas, no México, percebemos como o território, para além de uma configuração *a priori* e naturalizada, responde às relações de poder, estando, diretamente, vinculado à história e à experiência dos sujeitos que o vivenciam. A partir da explanação dos conceitos de *lugar*, *território social*, e *cosmografia*, nos debruçamos sobre o espaço e buscamos compreendê-lo como um aspecto protagonista na construção da história dos povos indígenas, bem como de suas culturas, identidades e resistências.

**Palavras-chave:** Zapatismo, Território, História Indígena, História da América, História do Tempo Presente.

**Abstract:** The present article aims to highlight indigenous struggles from the conformation of territorialities of resistance as a resource against neoliberal advances, for this we propose a theoretical reflection on the concept of *space* and social relations that affect such category. Taking as a reference the experience of the indigenous Zapatista in Mexico, we perceive how the territory, in addition to an *a priori* and naturalized configuration, responds to power relations, being directly linked to the history and experience of the subjects who experience it. From the theoretical explanation of the concepts of *place*, *social territory*, and *cosmography*, we focus on space and seek to understand it as a protagonist in the construction of the history of indigenous peoples, as well as their cultures, identities and resistances.

**Keywords:** Zapatism, Territory, Indigenous History, History of America, History of the Present Time.

---

*“Porque para nosotros nuestras tierras es nuestra madre.*

*Porque nuestra madre no lo venderemos.”<sup>2</sup>*

**Comandancia General del EZLN.**

**México, 2003.**

---

<sup>2</sup> Comité Clandestino Revolucionario Indígena-Comandancia General del Ejército Zapatista de Liberación Nacional. **Comandante Brus Li: palabras para los pueblos indígenas.** México, 2003. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2003/01/01/comandante-brus-li-palabras-para-los-pueblos-indigenas/>>. Acesso em 25 de nov. 2019.

## A INSURGÊNCIA ZAPATISTA... E SUAS ESPACIALIDADES

O estudo das *espacialidades* é um complexo campo a ser explorado pelo labor historiográfico. Diferentemente do que pode aparentar e se manifestar no senso comum – e na academia –, o espaço não é algo propriamente físico, pré-determinado e definido<sup>3</sup>; o espaço, em grande medida, está, diretamente, relacionado ao sujeito e, conseqüentemente, é essa relação com o sujeito que revela a sua identidade. Portanto, ao contrário do que muito se tentou cristalizar no conhecimento científico, o espaço é manifesto de relações, e não uma categoria *a priori*. Logo, o espaço é História e interpretá-lo é abarcar um vasto mundo de percepções e complexidades do processo histórico.

Ao pensarmos em *espaço*, fatalmente, pensaremos em *terra*. A terra, o solo, a superfície na qual habitamos e nos relacionamos, é sinônimo de espaço. Todavia, isso não quer dizer que ela – ou o espaço – tenha o mesmo significado para povos distintos – e para concepções de mundo distintas. A terra para o indígena é sagrada, compreender a relação com a terra é compreender a relação dos indígenas com o mundo e consigo mesmos, o que os fazem defendê-la com suas armas e história.

No dia 1 de janeiro de 1994<sup>4</sup>, o ano nasceu agitado para o México. Com os rostos encobertos e empunhando pesadas armas, os povos indígenas do estado de Chiapas<sup>5</sup> insurgiram para o mundo exigindo demandas básicas como: liberdade, teto digno, terra, trabalho, saúde, alimentação, educação,

---

<sup>3</sup> Como argumentou o alemão Friedrich Ratzel, por exemplo. Autor clássico da geografia, Ratzel (1974) buscou “coisificar” o território, ou seja, tratar o espaço como uma categoria naturalizada. SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015. 320 p.

<sup>4</sup> Data simbólica, pois, neste dia, o México aderira ao Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), desta forma, cedendo aos interesses econômicos neoliberais, um dos principais enfrentamentos dos zapatistas.

<sup>5</sup> Indígenas de origem *maya* representantes das etnias *tzeltales*, *choles*, *tzotziles* e *tojolabales*. BUENROSTRO Y ARELLANO, Alejandro. **As raízes do fenômeno Chiapas**: o já basta da resistência zapatista. São Paulo: Alfarrabio, 2002, p. 18.

democracia, independência e justiça (C.C.R.I. – C.G. del EZLN, 1994). Organizados, militarmente, em nome do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) e alegando serem produto de mais de 500 anos de exploração, os zapatistas insurgiram em nome não apenas dos indígenas de Chiapas, mas em nome de toda a história e identidade indígena que eles representam e que resiste a toda sorte de expropriações – desde as mais comuns como a da terra, às mais complexas como a expropriação epistemológica<sup>6</sup> – e violências nos últimos séculos, em outras palavras, insurgiram contrários ao *poder colonial* (QUIJANO, 2005) imperante.

Concomitantemente ao levante do dia primeiro do ano, o mundo teve contato, pela primeira vez, com as Declarações da Selva Lacandona<sup>7</sup>. Logo em suas linhas iniciais, os zapatistas anunciaram para o mundo quais são as origens de suas lutas e, portanto, de onde parte o seu discurso. Ao se apresentarem, os zapatistas se definiram como:

Somos produto de 500 anos de lutas: primeiro contra a escravidão, na guerra de Independência contra a Espanha encabeçada pelos insurgentes; depois para evitar sermos absorvidos pelo expansionismo norte-americano; em seguida, para promulgar nossa Constituição e expulsar o Império Francês de nosso solo; depois, a ditadura porfirista nos negou a aplicação justa das leis de Reforma e o povo se rebelou criando seus próprios líderes, assim surgiram Villa e Zapata, homens pobres como nós, e quem se negou a preparação mais elementar, para assim utilizar-nos como bucha de canhão e saquear as riquezas de nossa pátria, sem importar que não tenhamos nada, absolutamente nada, nem um teto digno, nem

---

<sup>6</sup> Como Boaventura de Sousa Santos aponta em “Epistemologias do Sul”, de modo que, “o colonialismo, para além de todas as dominações por que é conhecido, foi também uma dominação epistemológica, uma relação extremamente desigual de saber-poder que conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e/ou nações colonizadas”. SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do sul**. Coimbra: Almedina, 2009, p. 13.

<sup>7</sup> Manifestos de guerra emitidos pelo “Comitê Clandestino Revolucionário Indígena – Comandância Geral” do Exército Zapatista. Até o presente momento, foram emitidas seis Declarações da Selva Lacandona, com a última tendo sido publicada em junho de 2005.

terra, nem trabalho, nem saúde, nem alimentação, nem educação, ser ter direito de eleger livre e democraticamente nossas autoridades, sem independência dos estrangeiros, sem paz nem justiça para nós e nossos filhos. (C.C.R.I. – C.G. del EZLN, Primera Declaración de la Selva Lacandona, 1994. Tradução do autor).

Desta forma, a luta dos zapatistas não se resume aos problemas peculiares dos indígenas de Chiapas em fins do século XX, atrelados à política hegemônica do Partido Revolucionário Institucional (PRI) na presidência<sup>8</sup>, mas sim a uma conjuntura política, econômica e social de mais amplo e largo processo histórico. Ao anunciarem que são produto de 500 anos de lutas, os zapatistas apontam para um caráter de *longa duração histórica* (BRAUDEL, 1992) que culminou em seus despojos de condições básicas de vida e de seus antepassados. Dentro desta perspectiva, compreendemos, pois, a luta zapatista enquanto uma luta frente ao que Aníbal Quijano (2005) veio a conceituar como *colonialidade do poder*, ou seja, “a culminação de um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial” (p. 117) e, por conseguinte, relegou aos povos colonizados, dentre eles os indígenas, uma condição social de subjugados, inferiorizados, ou, *primitivos*.

Isto posto, interpretamos no discurso zapatista um alicerce que sustenta toda uma identidade que perpassou os tempos históricos, a partir de “elementos da memória da luta pela terra, da exclusão social, da busca de justiça e cidadania, o sonho de um mundo melhor, como elos para a união de diversos sujeitos em torno de uma mesma ‘bandeira’” (VARGAS, 2007, p. 249). Ao compreendermos o movimento zapatistas a partir de um prisma de longa duração histórica, percebemos, pois, que, apesar das transformações e

---

<sup>8</sup> Após o sucesso da Revolução Mexicana, o Partido Revolucionário centralizou o poder em si e governou o México por mais de 70 anos. Resguardados pela Constituição, elaborada após a Revolução, este partido exerceu um poder hegemônico, o que levou estudiosos sobre a problemática a tratar como a “ditadura perfeita”.

ressignificações acontecidas dentro dos grupos indígenas chiapanecos, a condição de povos submetidos ao *poder colonial* que perpassou as épocas históricas levou os zapatistas de 1994 a se remeterem como uma *continuidade histórica* das lutas de seus antepassados. Outrossim, a insurgência zapatista aparece como um movimento de brusca ruptura com o Estado mexicano em defesa de suas identidades, logo, de suas terras. Se, inicialmente, defendemos que, para o indígena, a terra significa suas histórias e um pouco mais, ao se rebelarem contra este *colonialismo interno*<sup>9</sup>, os zapatistas insurgem em defesa, também, de seus territórios.

Desta forma, no presente artigo buscamos compreender o *espaço* não como simples palco de atuação de nosso objeto de estudo, mas como um agente que protagoniza um aspecto importante para a compreensão histórica da luta desses indígenas. Sendo assim, a territorialidade dos zapatistas consiste num pilar de sustentação de toda a sua história de lutas e resistências, de modo que, para preservar suas raízes, recorreram a organização autônoma de suas terras para construir um capítulo a mais de suas vidas e suas lutas.

A territorialidade zapatista, deste modo, se manifesta e permeia o movimento em suas práticas e discursos – não à toa, seus manifestos de guerra fazem referência direta ao local de gestação do EZLN e são intitulados como declarações “da Selva Lacandona”. O espaço aqui, portanto, é entendido não como simples palco de atuação de nosso objeto de estudo, mas como um agente que protagoniza um aspecto importante para a compreensão histórica da luta desses indígenas. A territorialidade dos zapatistas consiste num pilar de

---

<sup>9</sup> De acordo com Pablo González Casanova (1969, p. 224 apud FUENTES SANCHEZ, 2019, p. 25), mesmo após a independência, os valores coloniais permaneceram em vigor, o que levou a um processo renovador do colonialismo e que foi conceituado como *colonialismo interno*. Para além das relações estabelecidas entre a metrópole e as colônias, este colonialismo incidiu, diretamente, nas relações que aconteciam no interior dos países, de forma “intra-nacional”. Quijano (2005), ao propor a *colonialidade do poder*, considera o *colonialismo interno* como uma manifestação desse poder hegemônico instaurado a partir da colonização da América.

sustentação de toda a sua história de lutas e resistências, logo, se debruçar sobre o espaço e buscar compreendê-lo como uma questão primordial é um dever fundamental para abarcar aspectos relevantes das lutas dos indígenas de Chiapas, bem como da História.

### **LUGAR, TERRITÓRIO SOCIAL E COSMOGRAFIA: CONCEITOS PARA UM ESPAÇO SUBJETIVO**

Para adentrarmos à discussão territorial zapatista se faz necessário, em primeiro lugar, buscarmos ampliar nosso horizonte sobre a concepção de *terra*. Atentemo-nos para o seguinte quadro: temos como objeto de estudo um movimento social predominantemente indígena, o qual se apresenta como produto de mais de 500 anos de história e que, inserido nessa *longa duração*, reivindica demandas básicas que não foram permitidas aos seus antepassados. Dentre essas demandas, encontramos a da *terra* – demanda esta que já aparecia como central na Revolução Mexicana (1910), quando Emiliano Zapata, líder do Exército Libertador do Sul, exigia *Terra e Liberdade* (uma condição *sine qua non*, acrescentamos). A ênfase que se é dada à terra, sendo assim, não deve ser, em hipótese alguma, negligenciada, pois, se para o homem moderno capitalista a terra representa apenas um recurso a mais de exploração e fonte de lucro, para o indígena ela representa toda uma gama de relações subjetivas atreladas a sua cosmologia. O substantivo pode ser o mesmo, mas os conceitos diferem. As culturas diferem. Terra para o indígena não constitui apenas o solo; terra não é a estrutura física por onde, simplesmente, caminhamos; para o indígena a terra é a sua *mãe*. Utilizando as palavras de Sebastião Vargas:

Tem que se ter em mente que a terra é entendida pelos camponeses mais que mero *meio de produção*: a terra e seu cultivo vinculam o ser humano com o ciclo vital das plantas e dos animais, e, assim, com o próprio ritmo cósmico que

determina o seu lugar nele. Terra significa, então, não apenas a condição básica para a subsistência individual e familiar, mas também a provedora dos elementos necessários para a manutenção da organização social, a reprodução da identidade coletiva, e a sustentação do universo inteiro – coisa que demonstram tantos estudos antropológicos sobre o papel da festa – onde concorrem precisamente todos estes aspectos. No movimento zapatista, por sua ligação com tradições mitológicas maias, isso é muito claro de observar (VARGAS, 2007, p. 252).

Portanto, terra é o núcleo da história, quando se pensa nos povos originários da América. Lutar, resistir, combater as ameaças à sua terra é, concomitantemente, lutar pela sua história, pelas suas raízes, pelas suas memórias, pelos seus mortos e pelos seus vivos.

À vista disso, nos debruçaremos sobre a territorialidade zapatista seguindo as linhas teóricas de três autores principais: o geógrafo Yi-Fu Tuan, o qual nos contribui com a conceituação de *lugar*; Marcelo de Souza Lopes, mais um geógrafo, o qual nos contribui com a conceituação de *território social*; e o antropólogo e cientista social Paul Elliott Little, o qual nos contribui com o conceito de *cosmografia*. Tomando o pensamento desses três autores como nosso embasamento teórico central – o que não nos impede de acrescentar outras contribuições de outros autores que sejam pertinentes à temática –, poderemos apontar para uma compreensão mais complexa e profunda de sentido da espacialidade construída, herdada, praticada e, quando necessário, reinventada pelos zapatistas. Os seguintes parágrafos trarão, portanto, uma explanação teórica dos autores e os conceitos que nos serão de grande valia e, em seguida, aproximaremos estes conceitos ao nosso objeto de pesquisa, ou seja, perceberemos, ao fim, como tais conceitos e formas de se compreender a realidade se aplicam ao que os zapatistas propõem em seus territórios situados no estado mexicano de Chiapas.

O geógrafo Yi-Fu Tuan, seguindo uma perspectiva teórica da “nova geografia”, ou “geografia humanista” – geografia esta que se caracteriza por ser



uma geografia crítica, colocando o homem no centro das ações –, trabalha uma discussão conceitual acerca da dicotomia *Espaço* e *Lugar*, de modo que, a partir da nossa relação com o espaço, mediada através do corpo, sendo este, portanto, um centro referencial para o mundo, o *Espaço* assume um caráter amorfo, enquanto que o *Lugar* compreende a noção de experiência, de sentimentos, logo, constituindo-se em *espaço vivido*. Dito isso, a concepção do espaço em Tuan significa, essencialmente, experiência. O *lugar* é experiencial e o espaço se transforma em lugar porque temos uma experimentação dele. Utilizando as palavras do autor

Experiência é um termo que abrange as diferentes maneiras por intermédio das quais uma pessoa conhece e constrói a realidade. Essas maneiras variam desde os sentidos mais diretos e passivos como o olfato, paladar e tato, até a percepção visual ativa e a maneira indireta de simbolização (TUAN, 2013, p. 17).

Também se faz necessário ressaltar a relevância da memória nessa relação espacial. Como Tuan defende, o espaço se transforma em lugar porque temos uma experimentação dele, todavia, é preciso que tenhamos memória para que essa experiência permaneça, para que a experiência dure. Portanto, a experiência chega até nós através dos sentidos, porém, se não a registramos e não a constituímos em *memória*, ela não dura, logo, não se converte em experiência. Em suma, o *lugar* requer a *História*.

Dentro dessa conceituação do lugar experiencial, temos, então, o corpo como o ponto inicial da experiência humana e, através dos mais variados sentidos, somos capazes de dar significado a determinada espacialidade, transformando-a em nosso *lugar*, ou seja, espaço no qual foram imprimidas relações de intimidade com o sujeito que o vivencia. Em suma, o espaço em Tuan é compreendido através da relação que envolve o sujeito (corpo), substrato material (espaço) e as relações projetadas neste substrato conferindo-lhe o caráter de *lugar*. O lugar não existe sem a experiência.

Em Marcelo Lopes de Souza, enxergamos na sua conceituação de *território social* grande contribuição e aplicabilidade para nossas intenções em perscrutar a espacialidade e realidade zapatista. O autor defende que o território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder (SOUZA, 1995, p. 78). Citando o autor:

O que “define” o território é, em primeiríssimo lugar, o poder — e, nesse sentido, a dimensão política é aquela que, antes de qualquer outra, lhe define o perfil. Isso não quer dizer, porém, que a cultura (o simbolismo, as teias de significados, as identidades...) e mesmo a economia (o trabalho, os processos de produção e circulação de bens) não sejam relevantes ou não estejam “contemplados” ao se lidar com o conceito de território a partir do enfoque que propus em 1995 (SOUZA, 2009, p. 59).

A partir dessa citação, percebemos com clareza que, para Souza, o elemento nuclear do conceito de território é o *poder*. Porém, o autor não exclui a importância de outras instâncias sociais, como cultura e economia que aparecem no trecho citado também como elementos que compõem o conceito em sua abrangência. Dessa forma, território consiste em um processo que envolve o exercício de relações de poder e a projeção dessas relações no espaço, diferentemente da concepção em que o território é encarado de modo *a priori*, naturalizado, fechado em si mesmo.

Souza ainda aborda a problemática acerca da possibilidade de territórios autônomos, tendo em vista que o conceito de território traz consigo o exercício do poder. Para isso, o autor desconstrói a visão reducionista do poder/desenvolvimento como algo ruim, apontando essa visão como uma hipersimplificação e perigosa distorção:

Expandir conceitualmente a ideia de território e libertá-la de seu ranço ideológico e conservador é, com efeito, uma tarefa que, do ponto de vista do autor do presente escrito, encontra em uma releitura da problemática do “desenvolvimento” uma aplicação das mais meritórias (SOUZA, 1995, p. 101).

E aponta para uma *territorialidade autônoma* como uma concepção alternativa de poder/desenvolvimento. A autonomia é posta como uma possibilidade à inevitabilidade da heteronomia e o fato de ocorrer uma autogestão na autonomia não exclui o poder dessa relação, mas institui uma nova possibilidade de poder baseada na coletividade e não nas assimetrias estruturais. Todavia, a plena autonomia não caminha de mãos dadas com um Estado centralizador de poder, destarte, “aqueles que se engajam pela construção de uma sociedade não-heterônoma precisarão construir as suas trincheiras e as suas barricadas, reais ou metafóricas, edificando os seus territórios dissidentes como espaços de resistência política, cultural e até econômica” (SOUZA, 2009, p. 70).

Em suma, o presente debate aponta para uma “descoisificação” do território, ao passo que, “descoisificar” o território não quer dizer negligenciar a materialidade do espaço, mas refinar o conceito e conferir-lhe maior rigor, assim enriquecendo o arsenal conceitual à disposição da pesquisa sócio-espacial. Como o próprio autor nos afirma, em determinado momento, o espaço social é multifacetado, e o território (ou a territorialidade) é uma dessas facetas.

Por fim, Paul E. Little nos traz a percepção de territorialidade vista como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a, assim, em seu “território” ou *homeland* (LITTLE, 2002). Little enfatiza que os chamados “povos tradicionais” – conceito que procura oferecer um mecanismo analítico capaz de juntar fatores como a existência de regimes de propriedade comum, o sentido de pertencimento a um lugar, a procura de autonomia cultural e práticas adaptativas sustentáveis (LITTLE, 2002, p. 283) –, na conformação dos seus territórios sociais, buscam elaborar novas estratégias para defenderem as suas áreas, diante do fortalecimento da ideologia neoliberal que tornou ainda mais grave as pressões sobre os diversos territórios desses

povos, visando à utilização de seus recursos naturais. O autor nos mostra que “as novas condutas territoriais por parte dos povos tradicionais criaram um espaço político próprio, no qual a luta por novas categorias territoriais virou um dos campos privilegiados de disputa” (LITTLE, p. 268).

Diante dessa conjuntura político-social no qual os chamados “povos tradicionais” – entre eles os indígenas – se encontram e se faz necessária novas estratégias territoriais, Little aponta um conceito fundamental para a compreensão da relação desses povos com a terra, a *cosmografia*

No intuito de entender a relação particular que um grupo social mantém com seu respectivo território, utilizo o conceito de cosmografia (Little, 2001), definido como os saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território. A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele (LITTLE, 2002, p. 254).

Constituindo, portanto, em um aporte teórico central para as finalidades do trabalho aqui proposto.

*Lugar, território social, e cosmografia.* Essa tríade conceitual consiste no nosso alicerce para ampliarmos a discussão histórico-espacial que permeia as sociabilidades zapatistas. Ambicionando romper com noções rígidas e insensíveis às sinuosidades que acometem as relações dos indivíduos com o mundo, a discussão acerca da territorialidade vivenciada na experiência zapatista será o nosso meio para alavancar uma discussão conceitual que se faz necessária para repensarmos a história, a geografia, as ciências sociais e, em suma, as relações de poder.

## FUNDAMENTOS PARA A AUTONOMIA ZAPATISTA

A conformação dos territórios autônomos zapatistas se inserem num contexto mais amplo que necessita uma maior atenção de nossa parte. O contexto ao qual nos referimos, consiste na conjuntura política, econômica e ideológica neoliberal, que traduz-se na dessacralização, na vulgarização, na fulanização da terra, mãe de todos os povos originários, transformando-a em pura e simples mercadoria, visando atender às exigências do capital<sup>10</sup>. Situados no estado de Chiapas, o qual, de acordo com dados levantados por Emilio Gennari (2005), concentra 82% de toda a indústria petroquímica do México, produz 20% da energia de que o país precisa, detém 35% da produção mexicana de café, de suas florestas saem madeiras nobres e matérias-primas para as indústrias de biotecnologia, além de possuir jazidas de petróleo, gás e urânio ainda não exploradas, os zapatistas tiveram que resistir, frequentemente, às investidas e interesses capitalistas na região. À vista disso, no ano de 2003, a *territorialidade autônoma* passou a ser a via de resistência e sobrevivência encontrada por eles:

devenos nos organizar como verdadeiramente rebeldes e não esperar que alguém nos dê permissão para sermos autônomos, seja com ou sem lei. De maneira que nossas autoridades devem funcionar em rebeldia e, assim, poder governar a nós mesmos (C.C.R.I. – C.G del EZLN, 2003, tradução do autor).

Fundando, assim, seus municípios autônomos.

A construção de uma territorialidade autônoma, enquanto a conformação de uma relação sócio-espacial que destoe da relação heterônoma de poder, exercida pelo Estado nacional, assume função crucial para um desenvolvimento amplo, vinculado a questões de justiça social, inclusão, liberdade e resistência. Fundamentalmente associada aos valores identitários e

---

<sup>10</sup> E não apenas da terra, mas também da água, do ar e de todas as “coisas” que antes lhes faltavam valor de mercado, como acusou o Subcomandante Marcos. MARCOS, Subcomandante Insurgente. **LA GUERRA DE CONQUISTA SOBRE EL CAMPO MEXICANO. EL NUEVO DESPOJO... 5 siglos después**. México, 2007.

culturais da população indígena, como as relações de poder projetadas em suas sociabilidades, a territorialidade autônoma zapatista suscita elementos próprios das formas de viver dos povos indígenas que concedem aos espaços ocupados valores e propriedades típicas daqueles povos, dotando-os, portanto de seus significados *cosmográficos* e configurando-se em seus *lugares*. É na defesa do seu *lugar*, que se confunde com a defesa de sua história, que os zapatistas nutriram seus territórios e, por conseguinte, sua resistência, através uma territorialidade autônoma dotada de identidade, destacando-se da imposição hegemônica da conformação territorial do Estado-nação, em busca um maior desenvolvimento de seus pares.

A adoção do modelo autonômico de sociabilidades configurou-se, desta forma, como o ponto de partida para a conformação do espaço geográfico zapatista<sup>11</sup>. Outro fator preponderante no que consiste às dinâmicas espaciais, está na *organização espacial*. Inserida no contexto de relações de poder que compõem o espaço, a organização social está longe de ser algo predeterminado, cristalizado, fixo. Pelo contrário, a organização social de determinado espaço é alvo de constante mudança e contestação quando os indivíduos que partilham as sociabilidades deste espaço enxergam desvios que comprometam o bem estar coletivo (SOUZA, 2015, p. 38). É a partir dessa conexão com a organização espacial e suas relações de poder, que os zapatistas aplicarão seus conceitos e ambições de uma sociedade autônoma para ressignificar seus territórios e suas interações sociais. Diante de uma configuração de organização espacial e relações de poder heterônomas que regem a sociedade mexicana, os zapatistas passaram a enxergar na alternativa autonômica a solução para se desvincularem dessa *ordem* que, na prática, se configurava em um sistema de

---

<sup>11</sup> Compreendemos o espaço geográfico não somente enquanto a imagem da superfície natural, mas também enquanto as relações humanas e sua ocupação, configurando-se, de mesma forma, em *social*.

dominação frente a autodeterminação dos povos indígenas e preservação de suas terras, culturas e identidade. Como afirma Pablo González Casanova:

Nesse sentido, entendemos que a autonomia aparece como um mecanismo de resistência para salvaguardar sua integridade e seu território comunitário contra a desapropriação e o avanço do capitalismo, promovendo outras alternativas de desenvolvimento sob suas formas de autogoverno, contra a exploração e dominação do colonialismo interno que impera em nossas sociedades (GONZÁLEZ CASANOVA, 1985 apud FUENTES SÁNCHEZ, 2019, p. 13).

Isto posto, visando atender esta demanda de uma sociedade mais justa e alternativa frente à dominação colonial, as sociabilidades autonômicas zapatistas aparecem sob uma condição de relações de poder conforme definiu Hannah Arendt (2010), ou seja, o poder enquanto manifestação organizativa das aspirações coletivas. O *poder*, portanto, assume a forma de manifestação coletiva, perpassando todas as instâncias da organização espacial e social, fundamentando-se como um dos agentes de principal influência na conformação das espacialidades zapatistas e em suas dinâmicas internas. Logo, o poder passa a ser interpretado não como um objeto que possa ser aplicado e manuseado, o poder, desvinculando-se da noção na qual ele é tratado como uma ferramenta de controle social, passa a ser visto como uma prática coletiva, de modo que só existe quando efetivado:

O poder é sempre, como diríamos, hoje, um potencial de poder, não uma entidade imutável, mensurável e confiável como a força. Enquanto a força é a qualidade natural de um indivíduo isolado, o poder passa a existir entre os homens quando eles agem juntos, e desaparece no instante em que eles se dispersam. (...) Um grupo de homens relativamente pequeno, mas bem organizado, pode governar, por tempo quase indeterminado, vastos e populosos impérios (...). Por outro lado, a revolta popular contra governantes materialmente fortes pode gerar um poder praticamente irresistível, mesmo quando se renuncia à violência face a forças materiais vastamente superiores (ARENDRT, 1983:212-13 apud SOUZA, 2015, p. 80).

Portanto, adotamos a forma do poder pensado não como ferramenta de controle, mas como manifestação organizativa de aspirações coletivas. Sendo assim, a *autonomia*, por mais que se estabeleça sob a responsabilidade de promover uma sociedade onde todos estão em pé de igualdade e todos têm responsabilidade sobre todos, ainda assim, será um modelo político no qual as relações de poder serão fundamentais para a sua existência e sobrevivência. O poder, dessa forma, contribui para o bem caminhar da autonomia e não necessariamente se subordina à heteronomia.

Dito isso, a experiência zapatista, ao propor a autonomia como um novo meio de resistência frente aos enfrentamentos históricos para com o Estado mexicano – e, mais do que isso, para com a ordem imperialista colonizadora que perpassou ao longo dos tempos históricos, estando, inclusive, impregnada na lógica de governo heterônoma moderna –, tem como sua equação final a relação dos elementos vinculados à terra (“natureza primeira”); os elementos vinculados aos homens (relações de poder); os elementos vinculados à história e à cultura (cosmografia); os elementos vinculados à experiência (*lugar*); e, os elementos místicos que interagem no plano das crenças e imaginários indígenas. A organização social da espacialidade autônoma zapatista conforma um novo território dentro do território nacional, porém, não mais sob a égide do Estado heterônimo, mas sim, sob a égide do *poder autônomo*. Estando os zapatistas, dessa forma, não livres para viverem sob a falta de um poder, mas livres para viver sob a execução de um poder coletivo, o qual não tem vergonha em ser modificado, aperfeiçoado, repensado, extinguido e refeito. Pois, como defende Hannah Arendt: “O ‘poder’ corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido” (ARENDR, 1985:24, *apud*, SOUZA, 1995,



p. 80). Permitindo assim “conjugar ideias de poder – e, por extensão, território – e autonomia” (SOUZA, 1995, p. 80).

## TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA: A AUTONOMIA EM PRÁTICA

“Fazemos um chamado a todos para que se organizem de verdade. Que não seja apenas em palavras ou momentos. Que verdadeiramente o demonstrem em fatos. Já é o momento de todos nos organizarmos e formarmos nossos municípios autônomos” (C.C.R.I. – C.G del EZLN, 2003, tradução do autor). Após anos desde a insurgência no dia 1 de janeiro de 1994 e a tomada dos territórios no estado de Chiapas, os zapatistas optaram pelo recurso a autonomia, pois já não acreditavam mais na conquista de suas demandas através de um acordo justo com o governo mexicano. No dia 1 de janeiro de 2003, anunciaram a intenção de fundar seus próprios municípios autônomos, o que incluía sua própria forma política e organizativa social. E assim foi feito.

Efetivada em territórios zapatistas, a estrutura organizativa autonômica passou a ser distinguida em três dimensões: a comunidade, ou seja, o modo de organização dos povos ameríndios, assumindo a dimensão coletiva do viver; o território, compreendido como as partes habitadas e cultivadas, mas também bosques e montanhas, como o lugar próprio da consistência e singularidade da comunidade; e a terra, dimensão caracterizada como “potência de vida englobante”, seria, portanto, a *Madre Tierra* que ninguém pode se apropriar e à qual pertencemos (BASCHET, 2007, pp. 24-25). Somando-se a isso, os zapatistas incorporam uma organização política articulada em outros três níveis: comunidade, município e zona, nos quais, em cada um, existem assembleias e autoridades eleitas: agente municipal nas principais comunidades; Conselho municipal autônomo nos municípios; e Juntas de bom governo, a nível da zona. Culminando, assim, a autonomia territorializada zapatista em cinco Juntas de

Bom Governo, às quais incluem 27 Municípios Autônomos Rebeldes Zapatistas (MAREZ) (BASCHET, 2017).

Ao ser estabelecida a estrutura política organizativa para gerir a autonomia zapatistas, alguns mecanismos reguladores que preservem a forma política de se autogovernar – e respeitem as tradições indígenas – são estabelecidos, afinal, como defendemos, a autogestão não é sinônimo de ausência de relações de poder, mas, sim, constitui uma aplicação do poder enquanto uma possibilidade de superar as assimetrias estruturais, a partir da coletividade. Destarte, tais mecanismos giram em torno do já consagrado oximoro zapatista “mandar obedecendo”, nas palavras de Carlos Antonio Aguirre Rojas, um oximoro tão profundo

que não só desmonta e desestrutura, de imediato, toda a lógica global da política tradicional, baseada há séculos e milênios na rígida separação e oposição do mando e da obediência, mas que também abre e instaura o espaço de outra lógica possível, completamente diversa, para abordar o problema da gestão de assuntos coletivos, da administração dos recursos de suposição, exercício e reação dos seres humanos com as figuras do que, hoje, é o poder político e o poder estatal (AGUIRRE ROJAS, 2016, p. 25. Tradução do autor).

Algumas características fundamentais do *mandar obedecendo* que regulam essa dinâmica, portanto, são:

- a) os mandatos se concebem como cargos realizados para servir à comunidade, sem remuneração, nem nenhum tipo de vantagem material;
- b) ninguém se autopropõe para estas funções e são as próprias comunidades que solicitam a quem consideram que podem exercê-las;
- c) os cargos são assumidos sobre a base de uma ética efetivamente vivida do serviço à coletividade;

- d) os cargos sempre são exercidos de maneira colegiada e sob o controle permanente tanto da “Comissão de vigilância”, responsável por conferir as contas dos conselhos, quanto da população, à vista que os cargos são revogáveis a qualquer momento.

Ademais das características descritas que garantem a governabilidade autônoma, o *mandar obedecendo* engloba um outro aspecto de fundamental importância que consiste na “desespecialização” das tarefas políticas. A partir de uma não-especialização dos representantes do povo no governo, o exercício da autoridade se cumpre desde uma posição de “não saber” e “assumir esse *não saber* é o que permite ser uma ‘boa autoridade’, a qual se esforça por escutar e aprender de todos, sabe reconhecer seus erros e deixa que a comunidade a guie na elaboração das decisões” (BASCHET, 2017, pp. 32-33. Tradução do autor). Conformando, assim, as “bases concretas sobre a qual o mandar obedecendo pode crescer” (BASCHET, 2017, p. 33).

Como produto de uma história de largo alcance temporal, a efetivação da autonomia em território zapatista surge, portanto, como fruto de lutas, histórias, cultura e memória indígena: vai ganhando corpo a partir da necessidade de uma resposta frente ao Estado moderno heterônimo capitalista que ameaça às formas de vida e autodeterminação dos povos indígenas; passa pelo processo de tomada de consciência e organização coletiva, ainda no embrião do movimento, na Selva Lacandona; e, incessantemente, mantém seu processo construtivo, diante das necessidades de adaptação e autotransformação. Dessa forma, a experiência zapatista nos propõe um novo modelo de sociabilidades que nos faz repensar a organização territorial autônoma enquanto espaços de resistência política, cultural e econômica (SOUZA, 2009), bem como de manifestação das práticas e tradições dos povos originários. Em suma, a autonomia rebelde zapatista é uma forma de delimitar

um ponto de ruptura com as estruturas colonizadoras que permanecem no seio das dinâmicas sociais regidas por um Estado heterônimo.

Finalmente, a vasta e complexa história do México, perpassando por Chiapas, adentrando à Selva Lacandona, extrapolando os limites definidos do Estado nacional mexicano e culminando na insurgência de rebeldes indígenas que reinventaram-se ao longo dos conflitos e conjunturas temporais, para, de mesma forma, reinventar suas sociabilidades e espacialidades frente aos desafios de sua história, traz à tona a resistência indígena a partir de seus territórios. A territorialidade autônoma, evidenciando a sua luta contra o Estado heterônimo, mas, sem levantar a pauta do separatismo, é significativa para o contexto globalizante no qual vivemos. Em tempos quando a tendência é querer que todos sejam os mesmos, os zapatistas bradam pela pluralidade, bradam por *um mundo onde caibam muitos mundos*<sup>12</sup>. Desta forma, a melhor manifestação das aspirações zapatistas para o México que eles lutam por, está nas relações de poder aplicadas às suas espacialidades autônomas: uma sociabilidade regida pelo *mandar obedecendo*, uma sociabilidade zapatista e mexicana, porém, autônoma, porque livre e plural. E é nestes elementos, nestas manifestações de suas práticas, de seus discursos e de suas *relações de poder* que os zapatistas dotam suas territorialidades de significados, resistência e *identidade*, compreendem seu *lugar*, retomam elementos *cosmográficos* e impregnam de sentido seus territórios, remetendo à história dos povos indígenas, dos quais os mesmos anunciam serem produtos, na luta contra o *poder colonial*.

---

<sup>12</sup> Expressão marcante do movimento e uma das suas principais bandeiras levantadas: “No mundo que queremos, cabem todos. O mundo que queremos é um onde caibam muitos mundos. A Pátria que construímos é uma onde caibam todos os povos e suas línguas, que todos os passos a caminham, que a amanheçam todos”. Comité Clandestino Revolucionario Indígena – Comandancia General del Ejército Zapatista de Liberación Nacional. **Cuarta Declaración de La Selva Lacandona**. México, 1996. Tradução do autor. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1996/01/01/cuarta-declaracion-de-la-selva-lacandona/>>. Acesso em 25 de nov. 2019.

## NOVOS OLHARES, NOVOS DEBATES PARA AS LUTAS INDÍGENAS

A alternativa à autonomia surge mediante a necessidade dos indígenas defenderem as suas terras, que representam sua história, contra a investida do Estado e iniciativas privadas – sob o aval do Estado – que a enxergam como fonte de recursos e máquina de lucro. Por conseguinte, ao percebermos a autonomia zapatista como um mecanismo de resistência, estamos propondo uma nova faceta do movimento histórico de resistência indígena, inserido na dimensão de *longa duração*. A resistência ao colonialismo se deu, ao longo da história, por diversos vieses, dos mais sutis aos mais extremos, os zapatistas apostam na configuração sócio-espacial autônoma como uma eficaz estratégia de garantir a sobrevivência e a perpetuação de sua história. A experiência zapatista, portanto, propõe o poder horizontal, frente à violência vertical; a experiência zapatista nos mostra que, conforme o movimento se torna cada vez mais organizado em vias autônomas, mais o Estado mexicano busca destruí-lo e, nessa relação, temos como resultado um aumento do poder dos zapatistas e um enfraquecimento do poder estatal, afinal, pois, “politicamente falando, é insuficiente dizer não serem o poder e a violência a mesma coisa. O poder e a violência se opõem: onde um domina de forma absoluta, o outro está ausente” (ARENDDT, 1985:29-30, *apud*, SOUZA, 2015, p. 81).

Em suma, como produtos de uma longa duração histórica que atravessou 500 anos, desde a chegada do colonizador até o tempo presente, os indígenas de Chiapas reinventaram-se para reafirmar sua resistência frente aos *colonialismos* e suas lutas pela *terra*. Debruçarmo-nos sobre a espacialidade zapatista, aqui abordada na conceituação territorial, e perceber em tal aspecto a relevância da mesma na construção da história, se faz mister para uma melhor compreensão da complexidade do movimento, que engloba desde uma conceituação diferente da forma como se vive e se constrói a sua realidade, até o

enfrentamento com questões modernas relacionadas ao Estado-nação e a conjuntura político econômica que impera no mundo globalizado em que vivemos. O papel do historiador, dessa forma, consiste em enxergar nessas relações com a terra, com o territórios e com as espacialidades, aspectos relevantes para um enriquecimento do seu trabalho e do seu compromisso social entre passado e presente e, de mesmo modo, do seu compromisso social com o objeto de estudo por ele adotado.

Assumindo os novos paradigmas que compreendem a práxis historiográfica e não admitindo a pretensão de outrora que incumbia à ciência uma obrigação de contar o passado tal qual ocorrido, perscrutar as espacialidades que compõem o processo histórico significa abrir novas possibilidades de interpretar e reinterpretar o passado. No caso aqui proposto, buscar compreender o *espaço* e as relações dos povos originários com o mesmo, é aproximarmo-nos mais das suas histórias e da complexidade de suas relações de poder. A discussão, ainda incipiente, que tivemos como intenção realizar acerca da territorialidade zapatista nos permite interpretar melhor as suas raízes e, conseqüentemente, o que os trouxe até aqui.

### Referências bibliográficas

AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. **MANDAR OBEDECIENDO**: Las lecciones políticas del neozapatismo mexicano. 13. ed. Ciudad de Mexico: Editorial Contrahistorias, 2016. 244 p.

ALIMONDA, Héctor. **A Revolução Mexicana**. São Paulo: Editora Moderna, 1986.

BRAUDEL, Fernand. A longa duração. In: **Escritos sobre a História**. Lisboa: Perspectiva, 1992.

BUENROSTRO Y ARELLANO, Alejandro. **As raízes do fenômeno Chiapas: o já basta da resistência zapatista**. São Paulo: Alfarrabio, 2002.

Comité Clandestino Revolucionario Indígena-Comandancia General del Ejército Zapatista de Liberación Nacional. **Comandante Brus Li: palabras para los pueblos indígenas.** México, 2003. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2003/01/01/comandante-brus-li-palabras-para-los-pueblos-indigenas/>>. Acesso em 25 de nov. 2019.

Comité Clandestino Revolucionario Indígena – Comandancia General del Ejército Zapatista de Liberación Nacional. **Cuarta Declaración de La Selva Lacandona.** México, 1996. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1996/01/01/cuarta-declaracion-de-la-selva-lacandona/>>. Acesso em 25 de nov. 2019.

Comité Clandestino Revolucionario Indígena-Comandancia General del Ejército Zapatista de Liberación Nacional. **Primera Declaración de La Selva Lacandona.** México, 1994. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/01/01/primera-declaracion-de-la-selva-lacandona/>>, Acesso em 21 de jul. 2019.

FUENTES SÁNCHEZ, Waldo Lao. **Autonomías indígenas:** resistencias y luchas por el reconocimiento en Nicaragua y México. Buenos Aires: El Colectivo, 2019. 204 p.

GENNARI, Emilio. **EZLN Passos de uma rebeldia.** São Paulo: Expressão Popular, 2005.

LITTLE, Paul. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Série Antropologia**, n. 322. Brasília: Departamento de Antropologia, 2002.

MARCOS, Subcomandante Insurgente. **LA GUERRA DE CONQUISTA SOBRE EL CAMPO MEXICANO. EL NUEVO DESPOJO... 5 siglos después.** México, 2007. Disponível em: [enlacezapatista.ezln.org.mx/archivos/ConquistaDelCampoMex.rtf](http://enlacezapatista.ezln.org.mx/archivos/ConquistaDelCampoMex.rtf)>. Acesso em: 10 jun. 2018.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In.: LANDER, Edgardo (org.). **A Colonialidade do Saber - Eurocentrismo e Ciências Sociais - Perspectivas Latino-americanas.** Buenos Aires: Clacso, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do sul.** Coimbra: Almedina, 2009.

SOUZA, Marcelo José Lopes. Território: Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.) **Geografia: Conceitos e Temas.** Bertrand: Rio de Janeiro, 1995.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015. 320 p.

SOUZA, Marcelo Lopes de. "Território" da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPÓSITO, Eliseu Savério (orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1. ed. São Paulo: Expressão popular, 2009.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Londrina: Eduel, 2013.

VARGAS NETTO, Sebastião Leal Ferreira. **A MÍSTICA DA RESISTÊNCIA: culturas, histórias e imaginários rebeldes nos movimentos sociais latino-americanos**. São Paulo, USP. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, 2007.